

REGIME DE INFORMAÇÃO: construção de um conceito¹

Maria Néida González de Gómez*

memória científica original

RESUMO: O conceito de regime de informação poderia formar parte de uma família de palavras que tematizam as configurações contemporâneas de práticas, meios e recursos de informação, onde as tecnologias da linguagem, caracterizadas por sua transversalidade e expansão indefinida, encontram seu espaço de operacionalização. O regime de informação, como conceito analítico, remete as figuras contemporâneas do poder, mas colocando em questão os critérios prévios de definição e reconhecimento do que seja juntamente da ordem da política e da informação.

Palavras-chave: Regime de informação. Informação – Cadeia de produção. Informação – Infra-estrutura. Modo de informação – Padrões.

*Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil. Bolsista de Produtividade IA do CNPq.
E-mail: marianelidagomez@gmail.com

I INTRODUÇÃO

Do ponto de vista histórico, uma das mais consistentes narrativas da política epistemológica ocidental, poderia ter como ponto de partida a projeção humanista de Paul Otlet e Henri La Fontaine, que idealizam uma rede universal dos conhecimentos, e hoje teria como expressão a eficiência enciclopédica da máquina Google. A proposição dos pacifistas de Bruxelas, “Fazer do mundo inteiro uma única cidade e de todos os povos uma única família” (citado por MATTELART, 2002, p.49), não deixa de lembrar a expressão de Al Gore (1994), exaltando as possibilidades de uma *Global Information Infrastructure* (GII), que permitiria “uma espécie de conversação global” de todas as mensagens, assim como “ligar todas as escolas, bibliotecas, hospitais, negócios e domicílios”.² Longe de esquecer

as complexas circunstâncias em que estes enunciados foram emitidos, mesmo com algumas aparentes semelhanças, eles se inscrevem em diferentes regimes de informação.

Em trabalhos anteriores, temos considerado que um *regime de informação* seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem (ver GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 3, entre outros). A partir dessas premissas, podemos afirmar que “cada nova configuração de um regime de informação resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 31).

O conceito de regime de informação pareceria ser uma ferramenta interessante para situar e anali-

¹ O trabalho é parte da pesquisa desenvolvida através dos projetos “Os caminhos da Informação”, já concluído, e “Da validade da informação à validade dos conhecimentos. Inventariando recursos, normas e critérios”, em andamento, os dois desenvolvidos com apoio do CNPq.

² Apresentação de Al Gore na reunião da *International Telecommunication Union*, ITU, em 1994, em Buenos Aires; texto citado por Gonzalez de Gómez, 1997.

sar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação; *transversalidade* que se estabelece na medida em que tais relações e interações perpassam uma ou mais esferas da cultura, da economia, da educação, da comunicação, da pesquisa científica e da vida cotidiana, e *especificidade* que se constitui na medida em que o envio e a direção dessa transversalidade pertencem as configurações contemporâneas da informação, e são reconhecidas como tais (e não como sendo da esfera da saúde, do transporte ou da mídia).

Como uma de suas atribuições mais frequentes, o regime de informação remete às relações informação-poder, relações que hoje estariam alavancadas pela pressuposição de que a informação, como algo imerso nas tecnologias digitais e ubíquas, seria aquilo que nelas circula e as dinamiza. É nessa abordagem que o entendimento do termo de “informação” vai qualificar processos de transformação de longo alcance, sendo incluído na composição de vários novos sintagmas, tal como *economia da informação*, *modo de informação*, *infraestrutura de informação*.

Nosso esforço de reconstrução do contexto histórico-discursivo do termo “*regime de informação*” seguirá dois caminhos. Num primeiro caminho, propomos situá-lo numa família de palavras que, por suas vizinhanças semânticas e temporais, dariam visibilidade as redes conceituais que estimularam e deram ancoragem a sua formulação. Para reconstruir a família de palavras, partimos dos conceitos de cadeia de produção de informação (*information production chain*), *infraestruturas de informação*, *modos de informação*, para chegar as construções do conceito de regime de informação, considerando em cada caso seus contextos de uso e os principais domínios de referência, a saber, as esferas da política, da administração e da economia, a partir da segunda década do século XX (quadro 1).

Um segundo caminho, que neste texto será brevemente apontado (e deixado em aberto para futuras análises), tem como foco o próprio conceito de “*regime*”, que junto ao de “*modo*”, compõem sintagmas nominais muito presentes na literatura atual das ciências humanas e sociais: Latour, em seus últimos trabalhos, fala de *regime de enunciação*, apropriando-se logo do conceito de *modo de existência*, com referências a Simondon e Sourieu (LATOUR, 2000, 2012); encontramos também as expressões *regime of worth*, *regime of*

engagement (THEVENOT, 2001, 2007); *regime of living* (LAKOFF; COLLIER, 2004; COLLIER; LAKOFF, 2005), *regime de temporalidade ou regime de historicidade* (HARTOG, 2006). Em nosso campo de pesquisa, encontramos *modo de informação* (POSTER, 1985) e *regime de informação* (FRHOMANN, 1995 et al). Caberia perguntar-nos como essas incidências de afinidades conceituais, que acontecem entre diversos autores e abordagens, podem contribuir a esclarecer alguns dos rumos atuais da pesquisa nas ciências sociais e especificamente, em Ciência da Informação.

2 REGIME DE INFORMAÇÃO: a leitura transversal

A primeira agregação de significados, que permitiria reconstruir o domínio histórico e discursivo do conceito de regime de informação, poderia organizar-se e distribuir-se em torno de dois eixos principais: um, referente às tecnologias de informação e comunicação; outro, referente ao estabelecimento, vigência e vigor de determinados critérios de valor.

Como operação de leitura de uma transversalidade específica, em princípio, o *regime de informação* daria visibilidade à questão dos critérios de valor associados à informação e de modo geral, à dimensão simbólica da cultura. Nessa direção, teríamos as abordagens que associam a informação à estruturas semânticas, à produção cultural de sentido e à comunicação científica, o que daria vigor as indagações acerca da unicidade ou pluralidade dos critérios de verdade e credibilidade que pudessem aferir a validade da informação. Do ponto de vista da especificidade dessa transversalidade, num período que vai do século XX a este início do século XXI, o regime de informação ficaria associado a uma ordem de acontecimentos que poderíamos caracterizar-se pelo fenômeno da *informativização* (CARNEIRO LEÃO, 2003), que estaria ligado as lógicas produtivas de tecnologias de informação, cujos efeitos de transformação abrangem desde a produção do conhecimento e da riqueza às manifestações da vida e da palavra. Nesse sentido, ao mesmo tempo que aumentam as zonas de convergência, acreditamos que caberia diferenciar as leituras dos *regimes de informação* de outras análises, que colocam maior ênfases em processos culturais reprodutivos e de representação.

de tratamento e recuperação da informação, assim como os atos gnosiológicos pontuais de seus usuários, ainda quando poderia ou deveria incluí-los.

Entre os autores que se ocupam da descrição da cadeia de informação, nessa magnitude, teríamos Meadows (1991) que se ocupa das variações da “*information chain*”, conforme o tipo de informação, os meios de comunicação, o contexto, e Duff (1997, p. 179) que define a *information chain* como a *estrutura institucional e documental da comunicação humana*. Existiriam assim certas homologias entre os termos de *information chain* e *distribuição da informação científica* (utilizado pela Royal Society Scientific Information Conference, em 1948); *disseminação de informação científica e técnica*; *estrutura da literatura científica*; *fluxo da informação*. Com um sentido equivalente, Mikailov (1973) utiliza a expressão “ciclo social da informação”, conforme citado por Rendón Rojas, que por a sua vez prefere falar do “ciclo social do documento” (RENDON ROJAS, 2011, p.84).

Aqueles modelos de “*information production chain*” pretendiam oferecer instrumentos heurísticos para reconstrução de processos informacionais em grande escala. Se o conceito de “cadeia” estabelece um alinhamento sequencial de seus componentes, o faz do ponto de vista de um observador estratégico ou administrador, e não poderia ser equiparado com um ato singular de informar-se ou adquirir conhecimento pelo buscador de informações ou por um *sujeito epistêmico*, plausível de descrição em termos psicológicos ou cognitivistas. O objetivo seria construir instrumentos analíticos úteis para os novos planos decisórios da política e gestão da informação, associados às ações de planejamento e monitoramento das atividades de produção de conhecimento e da comunicação formal. Seriam assim modelos mais próximos das redes exteriorizadas da tecnociência, que das descrições sistêmicas de unidades de recuperação de informação ou das descrições psicossociais das representações de usuários. A modelização sequencial poderia atribuir-se, ainda, a permanência de uma concepção idealizada da ciência, sujeita a uma serie linear de operações lógicas, empíricas e aplicativas. Numa época, de reformulações estratégicas do desenvolvimento científico, intensificadas pela guerra fria, as críticas dos pós-empiricistas (Kuhn, Lakatos,

Feyerabend), não alcançariam com facilidade nem os estudos sociológicos da ciência nem o desenho e função dos sistemas de recuperação da informação.

O conceito de “*information production chain*”, utilizado por Weinberg (1963), ao estabelecer elos entre a informação e a administração das atividades científicas, de fato, será usado como pano de fundo para a associação das políticas de informação às políticas em ciência e tecnologia.

Weinberg, físico nuclear, afirmaria (em 1995) que sua contribuição principal para o desenvolvimento científico norte-americano seria ter desenvolvido uma Filosofia da Administração Científica, cuja finalidade seria esclarecer critérios seletivos para decisões transcientíficas em matéria de ciência e tecnologia. Uma das principais teses dessa “Filosofia da Administração” (WEINBERG, 1995) seria assim a diferenciação dos *critérios de validade científica*, que são aplicados pelos cientistas no decurso das atividades de pesquisa, e os *critérios de valor* conforme os quais são definidas prioridades na tomada de decisão política e organizacional acerca de ciência e tecnologia. Num “relatório de 1963, chamado também “Relatório Weinberg”, um dos itens intitula-se, justamente, *Good Scientific Communication Is No Substitute for Good Management*.

No cenário da guerra fria e da inclusão da ciência nos programas de segurança e desenvolvimento, a “Big Science” demandava novas figuras organizacionais e novas estruturas de gestão. Os grandes projetos de pesquisa “orientados à missão”, junto a mudança de escala do empreendimento científico, requeriam programas coordenados de ação com uma pluralidade de atores e comunidades participantes, com diferentes áreas de atuação e vinculações institucionais: pesquisa, indústria, governo.

Nesse cenário, a “cadeia de transferência de informação” – *Information Transfer Chain* – funcionaria como um sistema de comutação (*switching system*) entre os diferentes atores, recursos e produtos da pesquisa, otimizando o intercâmbio de informações através de operações seletivas, de compactação, de *browsing* e de revisão. O profissional da documentação seria responsável pela exposição do usuário a aquelas informações apropriadas e específicas:

informações, e não os documentos (WEINBERG, 1963, p.12). Esses usuários, porém, agora são tanto os cientistas como os gestores. A otimização da cadeia de informação agregaria os critérios de valor trans-científicos aos valores epistêmicos, definidos pelos pesquisadores.

Cabe lembrar que, na década de 60, já estavam disponíveis os primeiros recursos eletrônicos de informação referencial, as bases de dados bibliográficas e cadastrais, permitindo a buscas de informação com ajuda do computador. O “*two step retrieval*” trabalhava com as representações sumarizadas da produção científica, seus agentes e seus produtos (literatura científica, instituições de pesquisa, cientistas), permitindo duas saídas (output) principais dos sistemas especializados: recuperação da informação para retroalimentar a pesquisa; mapeamento da informação sobre a ciência, para monitorar e gerir seu desenvolvimento. A operacionalização da *meta-informação* (referências, resumos, índices) nas bases de dados, nova figura dos interdocumentos de Briet, manifestava então seu potencial heurístico, de publicização de memórias, de instrumentos de diagnóstico e previsão.

Como racionalização distributiva da produção social dos conhecimentos, a abordagem de Weinberg, da “cadeia de informação” pressupõe um ponto de apoio trans-científico, um centro observador e gerenciador dos fluxos organizados: trata-se de um momento de forte aliança entre o Estado e a pesquisa induzida. Nesse sentido, a “Big-Science” nos parece

oferecer numa versão estadocêntrica um primeiro exemplo do modelo do *centro de cálculo* de Latour, em seu duplo papel de observatório e de centro estratégico de orientação da ação.

Weinberg, ao mesmo tempo que estabelece um domínio de julgamento administrativo e político do valor do conhecimento e da informação, a trans-ciência preserva um domínio de exercício da autoridade epistêmica do cientista. Ao destacar os marcos regulatórios da atividade científica, Weinberg diferenciava os critérios de avaliação epistêmicos (acerca daquilo que pode ser perguntado à ciência), onde seriam mantidos critérios aléticos de julgamento da informação, e os critérios de valor não-epistêmicos (acerca daquilo que a ciência não pode responder), demarcando suas jurisdições e condições de exercício (WEINBERG, 1985; JASANOFF, 1987, 2003) de cada “autoridade” avaliativa. E a informação tinha um papel importante e diferenciado em relação a cada modo de julgamento e aferimento dos plurais critérios de valor.

Braman (2004, 2006), numa conjuntura com redistribuição de papéis e do poder regulatório entre o Estado, as organizações e os mercados, retoma o conceito de “*information production chain*”, agora como pano de fundo para visualizar novos espaços e condições para elaboração e implementação de políticas de informação.

Weinberg (1963) e Braman (2004, 2006) utilizam assim o conceito de “*information production chain*”, com acepções semelhantes e com diferentes finalidades (Quadro 2).

Quadro 2 - O modelo da *information chain*: Weinberg e Braman.

“steps”/“units of operations” (WEINBERG)	WEINBERG (1963)	BRAMAN (2006)
Geração	Geração	Criação
	Registro	
	Exposição	
Processamento	Catalogação; Seleção, compactação, revisão	Algorítmico (computação)
		Intelectual
Distribuição	Disseminação	Transporte
		Fluxos
Armazenagem, preservação	Armazenamento	Armazenagem e preservação
		Destruição
Acesso, busca e uso	Recuperação	Acesso à infraestrutura
	Uso (<i>exploitation by the user</i>)	Acesso Intelectual

Fonte: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012.

O conceito de “*information production chain*” complementaria o conceito de “*regime de informação*”, delimitando o domínio específico de sua operacionalização. Se bem a exposição de Braman da cadeia de informação varia, conforme a finalidade com que é incluída em seus trabalhos, porém certos momentos e componentes seriam constantes: a) *criação de informação*, entendendo como tal a criação do novo, ou a geração de valores informacionais a partir de fontes pré-existentes, textuais, factuais ou de dados – como as séries estatísticas; b) *procedimentos de processamento de informação*, diferenciando aqueles que se realizam através de algoritmos, usando linguagens matemáticas e computacionais e os processos cognitivos, que usam linguagem natural e códigos especializados; c) *mobilização da informação*, diferenciando o transporte (mobilização de mensagens em ações pontuais, incluem uma mensagem), da distribuição através de canais regulares (fluxos de informação); d) *armazenagem e preservação da informação*; formação e consolidação de memórias sociais e culturais; e) *A destruição de informações*, o que inclui informações sem inscrição, inscrições sem tratamento, documentos sem disseminação; inclui também a destruição de registros organizacionais ou do patrimônio natural e cultural das populações nativas e locais; f) *A busca de informações*, devendo diferenciar-se o acesso à infraestrutura de informação (acesso à Internet de Banda Larga, por exemplo), do acesso intelectual e pleno às próprias fontes e conteúdos.

A mesma Braman reconhece que a aparente simplicidade do modelo implica, porém, numerosos pontos de crítica e dissenso.

b) Infraestrutura de informação

A mudança de escala dos fenômenos ditos de informação, que Braman enfatiza em sua argumentação, tem expressão clara num outro conceito: *infraestrutura de informação*. Nas últimas décadas, a noção de “*infraestrutura*” é deslocada da descrição dos grandes sistemas tecnológicos, caracterizados por complexas estruturas de componentes físicos e energéticos modelizados por diferentes engenharias (como aconteceu com os sistemas rodoviários, ferroviários, de distribuição das águas, etc.), para designar agora as bases tecnológicas de processos simbólicos objetivados, que incorporam múltiplos

dispositivos operadores de semioses, em cuja modelização intervêm a muitas das novas ciências da concepção, como a computação, a inteligência artificial e a robótica, a biotecnologia e a telemática.

Na década de 1980, Paul Zurkowski apresentou o conceito de *infostructure*, visando a entender e superar os problemas e conflitos resultantes do desenvolvimento segmentado e concorrencial dos empreendimentos e tecnologias de comunicação e informação (ver ZURKOWSKI, 1984). A visão transversal da “*infostructure*” se propõe como uma crítica as abordagens que tratam as indústrias de informação como um quarto setor da economia. Seriam três principais linhas de desenvolvimento: a) conteúdos; b) serviços facilitadores e c) dispositivos de integração e de transmissão, as quais manteriam entre si fortes relações de convergência e interdependência. Para Zurkowski, as múltiplas interseções tecnológicas, epistêmicas e sociais já visíveis, ou mais simplesmente, o fenômeno da convergência dos empreendimentos e das tecnologias, seriam incompatíveis com uma economia estruturada por setores - logo, com a inclusão das novas atividades tecnológico-informacionais em um único setor.

A transversalidade econômica, social e cultural das ações de informação e comunicação, prevista por Zurkowski, teria uma importante manifestação nas esferas públicas, na década dos 90, no discurso de Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos, que usa a expressão “*General Information Infrastructure*”, na reunião da *International Telecommunication Union* (ITU), em Buenos Aires. Nesse discurso, a infraestrutura geral de informação é explicitamente associada aos conceitos de rede e de globalização, destacando-se os efeitos de des-territorialização das redes telemáticas, e favorecendo as imagens analógicas que associavam os dispositivos computacionais de “*processamento paralelo*” com a figura social da “*inteligência distribuída*”⁴.

⁴ O conceito de *inteligência social distribuída* se relacionava ao conceito de “*processamento paralelo*”: ele permitia que uma pluralidade de micro-processadores resolvessem, cada um, uma pequena parte do problema, mas ao finalizar os processos parciais, todas as peças se encaixam e o problema fica resolvido. Por analogia, a Gill seria uma “*assemblage*” de processos paralelos de inteligência individual. O novo paradigma da democracia teria a seu favor o fato de que a comunicação de informação seria um jogo social de soma não zero, já que quando duas pessoas se comunicam, as duas ficam mais ricas em termos de informação. A informação, aliás, seria um tipo de bem que deve ser partilhado por muitos para que seja socialmente valioso, assim como a educação ou as linhas telefônicas.

Desde a década de 1990 ao momento atual, autores como Hanseth e Monteiro (1997, 2002), Bowker (2000), Bowker (2006, et al), Hanseth e Ciborra (2002), Lyytinen (2010), desenvolverão numerosos estudos e pesquisas em torno dessas infraestruturas que operam códigos e linguagens.

Hanseth e Monteiro (2002) destacam como traços das infraestruturas: a) perpassarem mais de uma comunidade de geração e uso; b) envolverem componentes heterogêneos (sistemas, serviços, ferramentas, fluxos); c) articularem-se por interfaces abertas ou padronizadas.

Bowker et al. (2006) lembram os diferentes tipos de infraestruturas: a) compostas pela pluralidade de equipamentos coletivos necessários aos desenvolvimentos das atividades humanas, incluídas as redes de transporte e comunicação; b) configuradas por entidades abstratas, como escolas, hospitais, corpos de bombeiros, estruturas organizacionais e institucionais; c) quando qualificadas pelo termo 'informação', são integradas por serviços computacionais, repositórios e dispositivos que processam e transportam dados dentro e fora de fronteiras nacionais.

Em sua definição atual, infraestrutura seria uma categoria abrangente para referir-se à dispositivos caracterizados por sua capilaridade e penetração em diferentes ambientes e sistemas ("pervasive enabling resources"), destacando seu caráter relacional e sua capacidade de reformular as infraestruturas epistêmicas prévias, especialmente em suas expressões modernas: "... funding agencies, professional societies, libraries and databases, scientific publishing houses, review systems ..." e as que caracterizariam a constituição de uma "big science", "... orbiting telescopes, supercomputer centers, polar research stations, national laboratories, and other research instruments of 'big' science" ... (BOWKER et al., 2006, p.3-4).

De fato, o conceito de *infraestrutura* carrega certas *ambigüedades*: parece pesado demais para as morfologias fluidas e mutantes das redes digitais. Os "data center" das grandes empresas privadas do setor, como o Google ou o Facebook, porém, ocupam espaços territoriais bastante concretos, onde é possível ver como os conectores abstratos ou semióticos se apoiam em redes de tubos de aparência muito consistente, e os intercâmbios de energia requerem um alto e eficiente consumo de água (ver no Youtube, por

exemplo, *The Mos Beautiful Google Servers Center*⁵ e o *Google data center water treatment plant*⁶).

Qual é o melhor entendimento da questão? Será assim que a expansão ilimitada de associações heterogêneas, que dariam lugar a dispositivos como o Google, o Facebook ou mesmo a Web 2.0, nos levam a construir "palavras-coletoras" que operam como convenções, e remetem metaforicamente a alguma medida de grandeza, sendo esse o caso dos termos *regime de informação* ou *infraestruturas* de informação? Ou são os regimes de informação estabelecidos, num novo processo de mundialização, os que provocam a mudança de escala, plurificam e encorpam os *data centers*, lançam e controlam *conectores* e autorizam as *metrológicas* ?

c) Modo de Informação

A diferença da base tecnológico-gerencial do conceito de infraestrutura, Poster desenvolve outro conceito, "*modo de informação*", que ocuparia o lugar discursivo prévio dos "modos de produção", para indicar as intrínsecas e invertidas relações entre economia e cultura, à luz dos avanços neocibernéticos. Para Poster, "*modo de informação*", designava, "*as novas experiências da linguagem do século XX, originadas em sua maior parte pelos avanços na eletrônica e as tecnologias que lhe são relacionadas*" (POSTER, 1991, p.10).

O termo "modo de informação" é construído por analogia e à diferença do conceito marxista de "modo de produção". A principal analogia estaria em que as duas abordagens visam analisar e dar visibilidade aos modos sociais de dominação. Seriam quatro as diferenças principais do "modo de informação", em relação a teoria marxista. A primeira, a perda da prioridade do trabalho como esfera principal da dominação, ainda que siga tendo um papel fundamental nas sociedades contemporâneas. A segunda, a eliminação de uma concepção teleológica da história ou de um "progressivismo". A terceira diferença, diz respeito a substituição da centralidade dos sistemas de produção e de troca dos objetos que satisfazem as necessidades humanas, pelo modo como os signos são usados na produção e com-

5 Youtube, <<http://www.youtube.com/watch?v=L2et65sDny8&feature=relmfu>>. 10-10-2012.

6 Youtube, <<http://www.youtube.com/watch?v=nPjZvFuUKN8&feature=relmfu>> e <<http://www.google.com/corporate/green/datacenters/summit.html>>).

partilhamento de significados e para constituir objetos, que caracterizaria o modo de informação. Em quarto lugar, as sociedades contemporâneas, de uso intensivo de informação, caracterizam-se por diferentes modos de informação, os quais seriam contingentes e temporais.

Com essas premissas, Poster resgata a concepção das tecnologias do poder de Foucault, mas critica a falta de ancoragem dessas tecnologias de poder no contexto em que elas surgem e se aplicam: isso aconteceria com o “panóptico”, por exemplo, modelo generalizado e metafórico de uma figura do poder.

Mantendo a concepção da transitoriedade e caráter histórico das formações sociais, Poster vai enfatizar o papel prioritário das mudanças que acontecem hoje no plano dos usos da linguagem, destacando seus efeitos na constituição da subjetividade e nos modos de formação de identidades. A ênfase se desloca sobre a nova figura das relações entre cultura, linguagem e economia, relações que serão objeto das abordagens da economia da informação, tal como nas concepções de capital semiótico ou de capitalismo cognitivo.

Em seus textos, Poster (1984, 1995) considera as bases de dados como um dos produtos em que ficaria em evidência esse “modo de informação”, já que geram mecanismos que intervêm tanto no plano dos usos da linguagem como no plano da ação: *Como forma da linguagem, as Bases de Dados têm efeitos sociais apropriados à linguagem, ainda que também tenham, certamente, relações diversas como formas de ação* (POSTER, 1995, p. 94; apud FIDALGO, 2001, p.7).

Poster busca assim superar as estratégias conceituais que dissociam linguagem e ação ou privilegiam o plano discursivo, quando justamente o principal domínio investigativo seria para ele o das convergências entre o plano simbólico e o plano da ação. Para Poster, as relações entre linguagem e sociedade, idéia e ação, identidade e alteridade, variam, e essas variações seria o objeto da pesquisa e de reconstrução pelo “modo de informação” (POSTER, 2001).

d) Regime de informação

Diferentes autores têm utilizado o termo regime de informação, como um dos recursos interpretativos para abordar as relações entre política, informação e poder. Nos ocuparemos

especificamente de Bernd Frohmann (1984), Sandra Braman (2004) e Hamid Ekbia (2009)

Bernd Frohmann é quem propõe primeiro e de maneira explícita, o conceito de *regime de informação* (1984), como uma genealogia das políticas de informação. Para o autor, o conceito de *regime de informação* surge assim como uma alternativa aos estudos de política da informação, e como crítica ao reducionismo das abordagens da política, praticadas na Ciência da Informação e da Biblioteconomia (LIS). Nessa direção, geraria uma distância crítica em relação às abordagens reducionistas, as quais consideraram as políticas de informação como uma das classes das políticas governamentais e, muitas vezes, como uma política governamental acerca dos documentos governamentais.

A essa primeira redução disciplinar e institucional do escopo e abrangência das políticas deverá agregar-se outras. Tal seria o caso da abordagem das políticas de informação como referentes e restritas aos problemas de produção, organização e disseminação de informação científico-tecnológica. Desse modo, produtores e afetados pelas políticas seriam principalmente as agências governamentais, ministérios, departamentos aos quais competem promover e regular ações em ciência e tecnologia. Numa outra direção, também redutora, os agentes e afetados pelas políticas de informação seriam as elites estatais envolvidas com serviços, sistemas e tecnologias de informação no contexto das agências do Estado.

A partir de meados de 1970, conforme Frohmann, surgiram algumas evidências que ajudariam a explicar, senão a justificar, a ausência ou ineficiência das concepções e abordagens das políticas de informação, tal como a crescente equiparação da informação aos bens de consumo (*commodities*). Dado o progressivo deslocamento das questões informacionais às esferas da economia e do mercado, as informações que estariam entre as mais relevantes, ficariam fora do alcance e jurisdição direta do Estado e suas agências. Nesse quadro, mesmo os grandes sistemas de informação não poderiam ser objeto e competência do planejamento estatal, se estivessem regidos pelos mercados, sujeitos a condições privadas de produção e acesso. Nesse caso, só caberia ao Estado o papel de facilitador dos processos de acumulação capitalista. Frohmann enfatiza em sua análise o

caráter contingencial do Estado na circulação das informações enquanto *commodities*, o que a seu ver converteria em ilusória a pretensão de uma disciplina acadêmica que tivera como assunto questões informacionais e políticas. De fato, se a política de informação era de preferência política de Estado e de Governo, se o Estado deixa de ter um papel decisório no domínio dos fenômenos, recursos e serviços de informação, deixaria de existir o campo de manifestação das políticas de informação, e ficaria esvaziada a possibilidade de um conhecimento que tivesse a figura dos saberes do Estado.

A própria proliferação de estudos de caráter técnico e instrumental priorizando a otimização do acesso a documentos governamentais e a implementação de tecnologias de informação nas esferas do governo, gerariam um repertório de questões mais próximas da gestão que da política. Uma restrição, ainda mais significativa, pode inferir-se das anteriores: que é a elisão das relações entre informação e poder:

O foco em problemas instrumentais e em questões epistemológicas envolvidas com a demarcação e policiamento das fronteiras entre as disciplinas, desvia a atenção das questões de como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação, como o domínio sobre a informação é alcançado e mantido por grupos específicos, e como formas específicas de dominação – especialmente de raça, classe, sexo e gênero – estão implicadas no exercício do poder sobre a informação. (FROHMANN, 1995, p.5, tradução nossa.)

Algumas das objeções apresentadas pelo autor admitiriam algumas ponderações. No mesmo horizonte temporal e cultural no qual as políticas da informação caracterizaram-se como estadocentricas, em todas as ciências sociais predominaram premissas estadocentricas, implícitas e encobertas sob o modelo funcional de sociedade (INFORME GULBENKIAN, 1995), ou explícitas e fortalecidas pela vigência de regimes estatais centralizadores (BOURDIEU, 1996).

O deslocamento das questões informacionais da esfera político-estatal em direção as esferas da economia e do mercado, não significaria, por outro lado, a anulação da relação intrínseca e permanente da economia e da

política em todas as atividades sociais, podendo melhor considerar-se como uma mudança de figura da mesma relação.

A dupla referência e acoplamento de uma das mais divulgadas teorias das mediações (a teoria ator-rede), e uma concepção do poder sem mediações, de Foucault, requer certo esforço crítico. Em primeiro lugar, efetuada a dissolução crítica das possibilidades de construção de um objeto para os estudos das políticas, o autor faz a contraproposta de um objeto possível, denso e consistente, como domínio de exercício do que denominará práticas informacionais: ele lhe será oferecido pela noção de *artefato híbrido* ou quase-objeto, ao mesmo tempo natural, social e discursivo, conforme elaborado pela teoria ator-rede. No texto de 1995, para Frohmann, esses híbridos ou quase-objetos tem como exemplares a rádio aberta ou a *info-bahn*; em textos posteriores, seus híbridos ganham a formulação unificada de “documentos”, agora objeto exemplar de um paradigma neo-documentalista. Nesse sentido Frohmann propõe-se fazer uma releitura das práticas documentárias análoga as reformulações que a teoria ator-rede fez com os estudos da ciência.

O domínio do poder informacional deixa de ser o estado, o governo, as editoras ou as bibliotecas, para ser a escrita e o discurso, os dispositivos complexos como os sistemas de rádio aberta ou a Internet, ou qualquer das constelações institucionais que intervenham na construção categorial-documentária de identidades oficiais, individuais e coletivas (pensamos em categorias cartoriais tal como as denominações de estrangeiro, aposentado, união homoafetiva, entre outras).

Vemos assim que, em Frohmann, a informação é substituída pelo documento depois que o documentar fora alargado pela escrita, a telemática, a estruturação jurídico-estatal de categorias identitárias e positivadas em registros, muito além das instituições previamente autorizadas para sua definição, tratamento e formatação. Esse Neo-documentalismo, proposto por Frohmann se caracterizaria mais pela resignificação foucalteana do documentar do que pela substituição da informação pelo documento.

Sandra Braman, estudiosa das políticas de comunicação e informação, no cenário atual, propõe o conceito associado de *regime global emergente de informação*.

Em sua construção conceitual, Sandra Braman importa o conceito de *regime* da esfera discursiva da *política internacional*, onde seriam amplamente utilizadas as teorias do *regime internacional*, do qual ela se apropria focando a mudança de escala das questões de informação. É interessante anotar a definição de Krasner (2012) dos regimes internacionais:

Os regimes podem ser definidos como princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. Os princípios são crenças em fatos, causas e questões morais. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proscricções específicas para a ação. Os procedimentos para tomada de decisões são práticas predominantes para fazer e executar a decisão coletiva (KRASNER, 2012, p.94).

Para Braman, hoje teríamos um único *regime de informação, global* (por envolver atores estatais e não estatais) e *emergente* (por estar em formação). Estabelece, nesse quadro, dois importantes processos de convergência de políticas ("*policy transfer*", "*legal convergence*", or "*legal globalization*"): a) entre esferas de políticas que previamente agiam como jurisdições relativamente autônomas, a saber, informação, cultura e comunicação; b) entre Estados nacionais, que passariam por processos analógicos de reestruturação jurídico-regulatória.

A formação do Regime, então, é o processo pelo qual novas formas políticas emergem fora do campo da política. Ela ocorre quando um fator interno ou externo da área de questões [issue areas] requer transformações jurídicas ou regulamentares; no caso da política de informação ... inovação tecnológica e os processos conseqüências da globalização têm sido fatores particularmente importantes para estimular a transformação do regime global de política de informação. (BRAMAN, 2004, p.20, tradução nossa).

Entre as vantagens analíticas do conceito de *regime global emergente de informação* (que será objeto de tratamento específico), Braman

destaca sua plasticidade e distanciamento das categorizações das políticas de informação já estabelecidas, o que permite a reflexão e a análise do caráter transversal da informação e das tecnologias de informação, sua capilaridade e facilidade de imersão em todas as dimensões e tipos de atividade social, sem ter que ficar restritos às jurisdições midiáticas (rádio, TV, jornais, bibliotecas etc.), nem às jurisdições administrativo-funcionais prévias (publico/privado; sub-sistemas administrativos do Estado).

Para Braman, a teoria do regime não substitui, mas realimenta os estudos da política de informação: a) permite identificar tendências comuns em fenômenos e processos dispersos através de arenas historicamente dissociadas; c) contribui para pensar instituições, ações e instrumentos político novos, sem que isso signifique necessariamente a desativação dos "sistemas" já existentes; c) unifica um domínio de tomada de decisão, evitando a dispersão gerada pela pluralidade de canais, de meios e de fluxos de informação; d) oferece novos parâmetros para estimar o impacto das tecnologias de informação sobre as relações internacionais.

Conforme Braman (2009), o Estado informacional seria aquele que se caracteriza por sua interdependência em relação a outros atores estatais e não estatais, de modo tal que precisa de uma *infraestrutura global* para a criação, processamento, fluxo e uso de informação; seria p por meio do controle da informação (poder informacional) que poderia reconstituir e reformular sua esfera de poder, buscando definir novas figuras e áreas de autonomia, num ambiente de rede.

De maneira geral e no contexto do "Estado Informacional", o regime de informação designaria as dinâmicas que vinculam o *governo* (as instituições formais, as regras e práticas de entidades geopolíticas historicamente constituídas), a rede ampliada de organizações e atores estatais e não estatais cujas decisões e comportamentos têm efeito sobre a sociedade e requer a formulação de programas de *governança*, e o contexto cultural e social, onde se estabelecem as condições de *governabilidade* e a partir do qual surgem e são sustentados os modos de governança (BRAMAN, 2004, p.13).

Como características explícitas do regime de informação global emergente, as quais

seriam “consensualmente aceitas”, Braman enumera: a transparência, como uma meta política; a inclusão das redes, dos mercados e das organizações, como *estruturas sociais que necessitam de regulamentação*, e a aceitação de responsabilidades compartilhadas entre os setores público e privado, como formas de governança; o poder informacional como forma dominante de poder (BRAMAN, 2004, p.32).

Ao mesmo tempo, Braman enumera outras áreas-tema que carecem ainda de consenso, de modo que ainda quando numa delas, uma das posições em confronto seja dominante, encontrará forte resistência. Entre esses pares de alternativas em confronto, caberia destacar: a. informação como mercadoria vs. informações como forças constitutivas; b. informações como bem final vs. informações como bem secundário; c. informação como agente vs. informações como sujeito à agência, da informação como propriedade vs. informação como bens comuns (*commons*); e informações como privadas vs. informações como públicas (BRAMAN, 2004, p. 35-37). Como princípio de valor, a informação oscilaria entre ser considerada como *commodity*, sujeita aos jogos concorrenciais ou monopólicos dos mercados, ou como força constitutiva, sendo da ordem das políticas e das estratégias dos Estados.

Braman lembra que, em qualquer de suas formulações, uma política de informação tem a ver com o poder, seja orientado ao bem estar social, seja conduzido por outros motivos e intenções. A autora diferencia quatro grandes formas de manifestação do poder, no mundo contemporâneo.

Em primeiro lugar, o poder instrumental seria aquele que é exercido pelo homem na manipulação das dimensões materiais do mundo, por meio de forças físicas. Esse sentido instrumental do poder estaria presente na concepção de Estado de Max Weber, como *entidade política que exerce o controle físico sobre um espaço geográfico específico*. Um exemplo contemporâneo dessa forma de poder seriam os sistemas de vigilância que dão apoio a operações militares e policiais. O desenvolvimento da infraestrutura de telefonia dos Estados Unidos oferece outro caso interessante. Após a guerra, foram instaladas várias redes privadas de telefonia, mas que não falavam entre si, nem entre diferentes cidades nem sequer na mesma

cidade, e que, através do preço, dissociavam as pessoas de diferentes classes sociais, o que gera uma intervenção estatal para forçar sua interconexão. A interconectividade das redes privadas de telefonia teria sido resultado de uma medida de política de informação a serviço de uma questão do poder instrumental.

Em segundo lugar, poder estrutural seria aquele que é exercido pela manipulação do mundo social através de regras e instituições. Para Braman, regras e instituições limitam a extensão das escolhas disponíveis e determinam como certas atividades devem ser realizadas, gerando convergência de expectativas. O Estado exerce esse poder estrutural através de leis, tratados, definição de agências e estruturas governamentais. Exemplos de políticas de informação aplicadas ao exercício do poder estrutural seriam: a aplicação de leis que regulam a competição entre corporações (leis anti-trust); leis trabalhistas que regulam a comunicação entre os atores representantes dos sindicatos e das empresas, nas negociações salariais.

O poder estrutural pode operar também através da produção de informações estatísticas, ao criar ou suprimir determinadas categorias como critério para produção de informações, e essas categorias vão a intervir na institucionalização de identidades, individuais e coletivas, reforçando direta ou indiretamente a distribuição social de oportunidades e exclusões. Quando se estabelecem indicadores populacionais com base a renda (a partir de quais critérios alguém pertence a classe A, B ou C, ou está baixo da linha da miséria), as pessoas das quais podem prediar-se essas qualificações terão ou não direito a obter crediários imobiliários com subvenção do Estado, subsídios familiares, serviços de saúde pública, entre outros.

Em terceiro lugar, o poder simbólico seria exercido através da manipulação do mundo material, social e simbólico por meio de ideias, palavras e imagens. O poder simbólico teria suas raízes mais arcaicas na realização de rituais e uso de símbolos. O Estado exerce esse poder no exterior pela propaganda e a diplomacia pública; internamente, por exemplo, através de campanhas midiáticas e do sistema educacional.

Aos poderes instrumentais, estruturais e simbólicos, Braman agregará o poder informacional. Este poder informacional permitiria o controle do comportamento

humano por duas vias: manipulando as bases informacionais do poder instrumental, estrutural e simbólico, ou gerando novos meios de exercício do poder. O poder informacional seria exercido sobre os outros poderes: sobre o poder instrumental, por exemplo, mediante o uso de inteligência artificial e robótica para direcionar mísseis; sobre o poder estrutural, por exemplo, mediante o controle de direitos autorais na Internet; e sobre o poder simbólico, tal como aconteceria com a Web-formatação das possíveis mensagens trocadas através do Twitter ou pelo Facebook.

Cabe considerar que a taxonomia dos mecanismos de poder proposta por Braman, é parte de uma proposta que visa a iuridificação e, portanto, ao controle normativo das ações de informação, em suas novas escalas e condições de produção. Nessa taxonomia, a informação seria incluída como variável dependente, como um dos meios do poder instrumental ou como domínio de intervenção do poder estrutural (através de sua sujeição às regras institucionais ou sistêmicas) e do poder simbólico (enquanto efeito ou acontecimento da produção de sentido). Numa categoria específica, como poder informacional, agiria como *atrator* e operador de convergências seletivas, capaz de sobredeterminar e redistribuir meios, regras e significados.

Nesse quadro, para Braman, ciência e tecnologia pareceriam ser *issues* de políticas, como provavelmente o seriam a saúde ou a educação; num regime global emergente de informação as áreas-tema da política estariam sujeitas as mesmas demandas e condições que afetam em geral a todas as formas de representação e de coordenação de programas de ação, tal como o crescente peso decisório de agentes econômicos e corporativos, ênfase na forma contratual dos vínculos, novos papéis das organizações sociais. Nesse quadro, para Braman o Estado plausível seria aquele que se constitui num plexo de relações triplicadas pelo governo, a governabilidade e a governança.

A ênfase de Braman na iuridificação das novas zonas de práticas e interações tecno-informacionais, manifesta sua preocupação com as possibilidades de controle dos poderes da informação, seja no Estado de direito, seja em novas estruturas inter e trans-governamentais.

O conceito de regime de informação será retomado, em outra direção, por Hamid Ekbia

(2009a, 2009b), em estudos que relacionam informação e ação. Ekbia parte do conceito de *regimes de valor* [*worth, grandeur*], de Boltanski e Thevenot (2006)⁷, para usar e reformular o conceito de *regime de informação*. Ekbia, em trabalhos individuais ou em co-autoria, utiliza o termo regime de informação associado ao conceito de *regimes de valor*, que conforme Boltanski e Thevenot (2006) designaria diferentes maneiras de avaliar pessoas e objetos. Numa de suas pesquisas, de caráter empírico, associa diferentes *regimes de informação* às diferentes modalidades de gestão do uso da terra.

Na acepção de Ekbia, o regime de informação daria visibilidade a efeitos informacionais resultantes das variações de experiência de quem agência ações de informação, em diferentes atividades e situações. É nessas práticas situadas que a informação se constitui, atendendo a diversos critérios de valor: o que é considerado medida de valor nas atividades econômicas ou administrativas (eficácia, por exemplo), pode não ter prioridade no mundo de vida e nas relações familiares.

Ekbia, atualmente, encaminha sua pesquisa em duas direções. Numa delas, outorga prioridade às práticas e a vida cotidiana, sem remeter-las a macro contextos institucional nem a outras estruturas e figuras impessoais, de cunho administrativo e tecnológico, que formam plexos de relações de saber-poder. Nessa direção, Ekbia estabelece algumas semelhanças e diferenças de seu uso do termo *regimes de informação* e o conceito de *regimes de verdade*, de Foucault.

Foucault usa regimes de verdade para discutir as grandes questões da circulação de conhecimento-poder, através dos comportamentos técnico-científicos da sociedade contemporânea. Regimes de informação, por outro lado, lidariam com as práticas situadas na vida diária, envolvidas na criação e intercâmbio de informação. Além disso, as duas noções dissecariam a sociedade em junções diferentes: a primeira dentro das fronteiras institucionais (cf. Ekbia & Kling, 2003), e esta última no que Boltanski e Thevenot chamariam “mundos” ou “Políticas.” Em suma, as duas noções diferem tanto na estrutura como no escopo (EKBIA, 2009, tradução nossa).

⁷ Boltanski-Thevenot (2006) utilizam de modo preferencial de *regime de engagement*, ao qual estaria associado um *regime of worth* ou de *grandeur*.

Numa segunda linha de análise, da qual conhecemos só um primeiro esboço (EKBIA, KALLINIKOS e NARDI, 2012), destaca-se uma tensão que se manifesta nas atuais configurações sociais da informação: convivemos com o atrito estabelecido entre os modos de interação, plurais e situados (no tempo, no espaço, num domínio de atividade), e os arranjos estruturais em que está imersa essa interação.

A própria ordem social da modernidade teria se caracterizado por demandar sistemas complexos, padronizados e descontextualizados, nos que se sustenta o intercâmbio e as mobilizações reguladas de populações e recursos, incentivados pela própria ordem estabelecida. A padronização e descontextualização dos fluxos e estruturas de informação, que se iniciara com a escrita, alcançam agora seu aperfeiçoamento com o advir das tecnologias digitais e o desenvolvimento e implementação de dispositivos genéricos e globais, conforme padrões e regras que visam a permitir a ação em grande escala e à distância. Tal processo vai gerar uma tensão, em todos os campos de atividade social, incluídas as práticas da vida cotidiana, entre a estruturação e formalização da comunicação e da informação, e o caráter intersubjetivo e situado das práticas de informação, e seus diferenciais pragmáticos de produção de sentido. De fato, essa tensão seria percebida em domínios como a saúde e a educação, onde a implementação de dispositivos e redes eletrônicas e digitais, que favorecem estruturações genéricas de conteúdos e de práticas, defronta-se com os plurais paradigmas e demandas das culturas locais e profissionais, que tratam de manter sua singularidade ou difundir concepções de bem estar ou de eficiência conforme outros critérios de valor.

A informação seria constituída numa ação local, onde obtém significado e valor, e não só localmente interpretada. A diferença que faz a diferença requer o reconhecimento de um julgamento seletivo de relevância, pelos agentes envolvidos. E isso acontece em contextos e situações específicas. Esse atrito entre o que agora se apresenta como dupla constituição das ações e conteúdos informacionais - ser vinculada a domínio e admitir atributos livres de contextos- deveria ser, para Ekbia, Kallinikos e Nardi (2012), o objeto principal da pesquisa epistemológica.

3 REGIMES, REGRAS E PADRÕES

O conceito de regime de informação, além dos esforços teóricos de sua construção, tem sido objeto de muitas aplicações, que serão analisadas em outro estudo. Sua maior relevância, como a de alguns dos termos com os quais mantém relações de família, seria outorgar visibilidade a *transversalidade específica* de ações, meios e recursos de informação (ver BRAMAN, 2004, entre outros). É possível, por exemplo, afirmar que mais de um regime de informação podem constituir-se a partir de iguais ou semelhantes montagens⁸ de tecnologia, serviços e conteúdos informacionais. Por exemplo, um mesmo processo, que alguns denominam *redocumentarização*⁹ (SALAUN, 2009, apud THIESEN, 2011), pode desenvolver-se conforme diferentes regimes. Projetos como a Biblioteca Digital do Google, que colocaria um vasto patrimônio cultural internacional sob o controle de uma única empresa privada, podem corresponder a um regime monopólico de informação, ou sendo a redocumentarização promovida em arranjos públicos e colaborativos de preservação e acessibilidade as memórias coletivas, pode dar lugar a regimes abertos de informação, o que parece ser o caso da *Biblioteca Digital Universal* da UNESCO, o *Projeto Gutenberg*, fundado por Michel Hardt, ou o *Projeto Memórias Reveladas*, do Arquivo Nacional, no Brasil (ver THIESEN, 2011).

O uso dos termos *regime* ou *modo*, neles mesmos, merece nossa atenção. Presentes em mais de uma das ciências humanas e sociais, citamos antes o uso de *regime of engagement*, *regime of worth* (BOLTANSKI; THEVENOT); *regime de vida* (COLLIER) e *regime de enunciação* e *modo de existência*, apropriados por Latour, que usa os termos para destacar um plano de consistência de sua rica biografia intelectual. Nos perguntamos se os numerosos sintagmas nominais, onde “*regime*” e “*modo*” direcionam semanticamente a composição de palavras,

⁸ Latour usa em inglês o termo *assemblage* (2005), traduzido ao espanhol como *ensamble* (2008); equivalente ao termo *agenciamet* de Deleuze (LATOUR, FROHMANN, 2007) e todos eles remetendo algum modo ao termo *gestell* de Heidegger, traduzido também como *composição* e *armazom*.
⁹ “[...] L’objectif de la documentarisation est d’optimiser l’usage du document en permettant un meilleur accès à son contenu et une meilleure mise en contexte. [...] Le numérique, par nature, implique une re-documentarisation. Dans un premier temps, il s’agit de traiter à nouveau des documents traditionnels qui ont été transposés sur un support numérique en utilisant les fonctionnalités de ce dernier.” SALAUN, 2009, p.15.

indicam um novo “reajuste” paradigmático nas ciências humanas e sociais.

Após a suspeita ou negação de qualquer princípio estrutural, que de modo geral e a priori, condicionara o arranjo e fluxo das relações sociais (tal como *o campo* de Bordieu ou *as instituições* disciplinadoras de Foucault), muitos estudos optaram por dar ênfases ao conceito de *prática* e aos aportes procedimentais da etnometodologia, eliminando a referência a um quadro prévio e organizador. A palavra de ordem da fenomenologia “ir às coisas mesmas” ganhará nova formulação na expressão de Latour, *seguir* e não *preceder* aquilo que pretendemos descrever. Latour e Knorr-Cettina seguem assim os cientistas nos laboratórios, como antropólogos silentes observaram interações selvagens, construindo narrações simétricas de relações intersubjetivas e interobjetivas. Nesse cenário, não somente teriam ficado esfumadas as fronteiras entre a sociologia e a filosofia da ciência, mas também entre a antropologia, a sociologia e por vezes, a política. E isso parecia ser louvável.

Tratemos de entender, logo, por que ou para que recorrer aos termos de *modo* e de *regime*. Desde o ponto de vista etimológico, regime e regra provem da mesma origem latina¹⁰. Krasner (2012), ao definir regime internacional menciona como suas características ser definidos por princípios, normas e regras, mais procedimentos de implementação (KRASNER, 2012, p.94, op. cit.).

Lakoff e Collier (2004), ao definir *regimes de vida*, consideram que a palavra regime sugere “maneira, método ou sistema de regras ou de governo”.

Substantively, regimes of living describe ethical configurations formed in relationship to technology and biopolitics. Thus, the word regime suggests a ‘manner, method, or system of rule or government’, characteristic of political regimes, systems of administration, or modes of techno-scientific intervention. To say that such regimes relate to questions of living indicates that they concern the social and biological life of individuals and collectivities. (LAKOFF; COLLIER, 2004, p.42)

Fincando pé no perspectivismo antropológico, Latour iguala *regimes de enunciação* a plurais *regimes de verdade*, expressão de plurais *modos de existência* (2000, 2012). Cada modo de existência teria uma tonalidade de experiência, certas condições de felicidade ou infelicidade particulares, e uma ontologia específica; as redes sociotécnicas do conhecimento seria um desses modos de existência.

Em sínteses, fala-se de regimes e modalizações, ao mesmo tempo em que são enfatizadas ações e interações de coletivos engajados em situações e circunstâncias, ancorados no tempo, no espaço e nas condições de produção e reprodução social da vida. Tendo as orientações pragmáticas uma expressão significativa nas ciências humanas e sociais, a partir dos anos 80, também nos estudos da informação surgem abordagens que tem como menor unidade de análise as ações de informação e suas estruturações relacionais, com autores como Wersig (1985), Savolainem (2009), Ekbia (2009) e, no Brasil, Gracioso (2011), Freire (2012), entre outros.

Com ênfases nas dinâmicas antes que nas estruturas, o regime de informação permitiria associar a ancoragem espaço-temporal e cultural das ações de informação aos contextos regulatórios e tecnológicos que intervêm e perpassam diferentes domínios de atividade, agências e organizações.

Entre atribuições dos regimes de informação, uma das principais seria colocar em evidência essa tensão entre as configurações socioculturais das interações em que se manifestam e constituem os diferenciais pragmáticos de informação, e as estruturações jurídico-normativas, técnico-instrumentais e econômico-mercadológicas, que visam a sobre-determinar essa configuração, com alguma imposição de direção ou valor. As regras, as normas, os padrões, os códigos, seriam justamente o domínio onde acontecem essas tensões e essa imposição.

É nesse contexto que ganham novo espaço as perguntas pela validade e valor da informação. Alguns autores questionam a relação biunívoca da informação com os fatos ou a verdade, seja deixando em suspenso o caráter epistêmico da informação, seja para correlacionar os valores da informação com plurais regimes de verdade.

¹⁰ Oxford Dictionary: < <http://www.oed.com>>.

A ética e a política, ao colocar o *comum* como horizonte de reflexão, abrem outras questões sobre as tendências generalizantes dos planos regulatórios de dispositivos e regimes de informação.

Hope Olsson (apud LARA, 2012) reafirma a frustração de todo esforço de totalização pela representação, lembrando que *todo universo classificatório encerra um território finito*: não poderia incluir-se nele todos os casos já acontecidos, os atuais e os por vir de qualquer assunto, agencia ou saber acerca do qual quiséramos reconstruir seu domínio universal.

Kallinicos (2010), afirma que *os objetos digitais não tem bordas ou fronteiras (Digital objects are borderless)*. Se comparamos um livro com o prontuário eletrônico de um paciente, pareceria que é bem mais fácil pensar um livro como entidade, produto dissociado de seu processo de produção, que demarcar a unidade lógico-digital de um prontuário eletrônico, traçada sobre uma rede híbrida cujos nós e elos não só estão dispersos em consultórios médicos, hospitais, laboratórios, mas também em bases de dados estatísticas, imagéticas e textuais, e que além de estar sendo produzido em muitos lugares, com diferentes pontos de vistas e linguagens, pode mudar, em qualquer momento e ponto de suas teias tecnológicas de maneira sincrônica ou assíncrona, e em tempo real.

Não temos dúvidas que estamos frente a uma questão importante que, conforme Latour, só agora apareceria em toda sua magnitude e relevância. Novos padrões (*standards*) demandam

cada vez mais atenção, fora daqueles que ficam invisibilizados pela frequência e a duração de seu uso, do *“reloj internacional, el ohm, el metro, la contabilidad de doble entrada a la diseminacion de estandares ISO-9000”* (LATOUR, 2008, p.324).

Indagar qual o papel desses marcos regulatórios e dos novos fóruns deliberativos e decisórios que compõem o entorno institucional da informação, qual o entendimento e o impacto dessa crescente relevância dos códigos, dos padrões, das normas e das metrologias, são sem dúvida assuntos relevantes para a pesquisa, associados a mais de uma linha investigativa dos estudos da informação e da documentação: organização do conhecimento, busca e apropriação de informação, avaliação científica, políticas do conhecimento e da informação.

Estamos cientes que muitas questões e abordagens ficaram fora destas reflexões. De fato, abordar os regime de informação tem sido para nós um instrumento para fazer novas perguntas, mais que um recurso de provisão de respostas.

AGRADECIMENTO

Agradecemos a Marcia Cavalcanti e a Luisa Rocha a revisão do texto.

INFORMATION REGIME: construction of a concept

ABSTRACT: *The concept of information regime could form part of a family of words that thematize the settings of contemporary practices, media and information resources, where language technologies, characterized by its pervasive and indefinite expansion, find its area of operation. The information regime, as an analytical concept, refers to contemporary figures of power, but calls into question the previous criteria of definition and recognition of what is along the order of policy and information.*

Key words: *Information regime. Information – Chain of production. Information – Infrastructure. Mode information – Patterns.*

Artigo recebido em 09/11/2012 e aceito para publicação em 01/12/2012

REFERÊNCIAS

- BORDIEU, P. Espíritos do Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, São Paulo: Ed. Papirus, 1996.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On Justification: economies of worth**, Princeton. University Press, 2006.
- BOWKER, G. C. Biodiversity Datadiversity. **Social Studies of Science**, 30, 5, 643-683, 2000.
- BOWKER, G.; BAKER, K.; MILLERAND, F.; RIBES, D.. Towards Information Infrastructure Studies: Ways of Knowing in a Networked Environment. **International Handbook of Internet Research**, J.Hunsinger, M.Allen, L.Klasrup (eds), 2006.
- BOWKER, G.; STAR, S. L. **How things (actor-net)work: classification, magic and the ubiquity of standards**. MIT press.1999. Disponível em: <http://weber.ucsd.edu/~gbowker/actnet.html>.
- BRAMAN, S.. The emergent global information policy regime, In: _____. (Ed.) **The emergent global information policy regime**. Hampshire, Palgrave, 2004.
- CARNEIRO LEÃO, E.. Sociedade do conhecimento: passes e impasses. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 152, p.11-20, jan./mar.2003.
- CIBORRA, C.. HANSETH, O.. From tool to *Gestell*. Agendas for managing the information infrastructure. **Information Technology & People**. v. 11 n. 4, 1998, p. 305-327,
- COLLIER, SJ; LAKOFF, A. On regimes of living. In: Ong A, Collier SJ (eds) **Global assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems**. Blackwell, Malden, Md, p 22-39, 2005.
- COLLIER, SJ; ONG, A. Global assemblages, anthropological problems. In: Ong A, Collier SJ (eds) **Global assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems**. Blackwell, Malden, Md, pp 21-93, 2005.
- COPE, W.; KALANTZIS, M.. Signs of epistemic disruption: Transformations in the knowledge system of the academic journal. **First Monday** [Online], v. 14, n. 4, 2009.
- CORDELLA, A. Information Infrastructure: an actor network perspective. **Journal of Actor Network**, 2010
- DALBELLO, M.; SPOERRI, A. Statistical Representations from Popular Texts for the Ordinary Citizen, 1889 -1914 , **Library & Information Science Research** , v. 28, 2006 , p. 83-109.
- DAVID, P.. "Clio and the Economics of QWERTY," **American Economic Review**, v. 75, p. 332-337, 1985.
- EKBIA, H.. Information in Action: A Situated View. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology** 46(1), pp. 1-11, 2009a.
- _____. Digital artifacts as quasi-objects: Qualification, mediation, and materiality. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, 60(12), 2554-2566, 2009b.
- EKBIA, H., & EVANS, T. Regimes of information: Land use, management, and policy. **The Information Society**, 25(5), 328-343, 2009.
- FIDALGO, A.. (2001). O modo de informação de Mark Poster. In:CORREIA, J.C. (org.), **Comunicação e Poder**. Lisboa: Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-poster-modo-informacao.html>
- FOUCAULT, M. **History of Sexuality: Volume 1**. Vintage Books: New York, 1978.
- FREIRE, I. M.. Categorização das ações de informação no laboratório de
- Tecnologias intelectuais - LTi. **XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012**.
- FROHMANN, B.. Taking information policy beyond information science: Applying the

- actor network theory. In H. A. Olson, & D. B. Ward (Eds.) **Proceedings of the 23rd Annual conference of the Canadian Association for Information Science**, 7-10 June 1995, Edmonton, Alberta. Disponível em: <http://www.caicsi.ca/proceedings.1995/frohmann_1995.pdf>
- _____. Documentation redux: Prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, 52, 387-407. 2004.
- _____. Foucault, Deleuze, and the Ethics of Digital Networks. In Capurro, Rafael / Frühbauer, Johannes / Hausmanninger, Thomas (Eds.) (2007). **Localizing the Internet. Ethical aspects in intercultural perspective**. Munich: Fink, 57-68. 2007.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A globalização e os novos espaços da informação. **Informare** 3(1/2), 23-39, 1997.
- GORE, A. Remarks Prepared for Deliberation. In: **Word Telecommunication Development Conference**. Buenos Aires, Março de 1994. Disponível em: <http://www.nlc-bnc.ca/ifla/documents/infopol/us/goregii.txt>
- GRACIOSO, L. S. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, n. 1, 2010. p. 138-158
- HANSETH, O., MONTEIRO, E. Inscribing behavior in information infrastructure standards. **Accounting, Management & Information Technology**. v. 7, n. 4, p. 183-211. 1997.
- HANSETH, O. **From systems and tools to networks and infrastructures - from design to cultivation. Towards a theory of ICT solutions and its design methodology implications**. 2002. Disponível em: <http://heim.ifi.uio.no/~oleha/Publications/ib_ISR_3rd_resubm2.html> Acesso em 10-10-2010.
- HEDSTROM, M.; KING, J.L. Epistemic Infrastructure in the Rise of the Knowledge Economy. In: Kahin, B. and Wycoff, A. (Eds.) **Advancing Knowledge in the Knowledge Economy**. MIT Press, 2005.
- JASANOFF, S.. Contested boundaries in policy-relevant science. **Social Studies of Science**, 17(2),195-230, 1987.
- KRASNER, S. D.. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 42, June 2012 .p.93-110. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso 27 Oct. 2012.
- LAKOFF, A., COLLIER, S. Ethics and the anthropology of modern reason. **Anthropological Theory**, v. 4, n.4, 2004, p.419-434
- LANDRI, P., LATOUR, B. Introducing “La fabrique du droit”. A Conversation with Bruno Latour. **TECNOSCIENZA: Italian Journal of Science & Technology Studies**, v. 2, n. 2 (2011), p. 55-67. Disponível em: <http://www.tecnoscienza.net/index.php/tsj/article/view/79>
- LATOUR, B. **Reensamblar lo social. Una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires, Manantial. 2008.
- _____. **Biography of an Investigation: On a Book about Modes of Existence**. Draft of an article for a dossier on AIME in *Archives de philosophie* coordinated by Bruno Karsenti (translated by Cathy Porter). p.1-20. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/126-KARSENTI-AIME-BIO-GB..pdf>
- OINAS-KUKKONEN, H., LYYTINEN, K., & YOO, Y. Social Networks and Information Systems: Ongoing and Future Research Streams. **Journal of the Association for Information Systems**, 11(2), 61-68
- POSTER, M.. **Foucault, Marxism and History .Mode of Production Versus Mode of Information**. NY, Basil Blackwell, 1984.
- _____. **The Information Subject**. G+B Arts, Amsterdam, 2001.

_____. Postmodern Virtualities. In: **The Second Media Age**. Blackwell, 1995.

ROBINSON, L.. Information science: communication chain and domain analysis. **Journal of Documentation**. v. 65, n. 4, p. 578-591

THE BEHAVIOUR/practice debate: a discussion prompted by Tom Wilson's review of Reijo Savolainen's Everyday information practices: a social phenomenological perspective. Lanham, MD: Scarecrow Press, 2008." (2009). **Information Research**, 14(2) paper 403.

THÉVENOT, L., 'The plurality of cognitive formats and engagements. moving between the familiar and the public'. **European Journal of Social Theory**, v. 10, n. 3, 2007, p. 413-427.

UNITED STATES. President's Science and Advisory Committee. **Science, government and information: the Responsibilities of the Technical Community and the Government in the Transfer of Information**. Washington: Government Printing Office, 1963. 52 p. (The Weinberg Report).

_____. Congress. Office of Technology Assessment. **The regulatory environment for science: a technical memorandum**. Washington, DC: Government Printing Office, 1986.

SCIENCE, the endless frontier 1945-1995. In: **CONFERENCES**, 1., 1994, 2. 1995, 3. 1996 : Learning from de past, designing for the future. Columbia, Ill.: Columbia University, 1996.

WERSIG, G.; WINDEL, G. Information Science needs a theory of 'Information Action'. **Social Science Information Studies**, v.5, p.11-23, 1985.

WEINBERG, A. M.. Entrevista. Entrevistadores: Bill Cabage e Carolyn Krause. **ORNL Review**, Apr. 1995.

WEINBERG, A. 'Science and Trans-Science', **Minerva**, v. 10, 209-22.1972

_____. Science and Its Limits: The Regulator's Dilemma, **Issues in Science and Technology**, v. II, n. 1, 1985.

ZHAO, K.; XIA, Mu AND SHAW, Michael J.. Vertical E-Business Standards and Standards Developing Organizations: A Conceptual Framework. **Electronic Market**. Volume 15 (4): 289-300, 2005. Disponível em: <www.electronicmarkets.org>

ZURKOWSKI, P.G. Integrating america's infostructure. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 35, n. 3, p. 170-178, 1984.